MONUMENTUM

TJDFT – Vice-Presidência – SEGD – SERAMI - Ano I, nº 09, Novembro/ Dezembro de 2011

Inauguração do Palácio da Justiça Rui Barbosa

Vista aérea de Brasília. à direita Palácio da Justiça Rui Barbosa e seu anexo em construção. 1970.

Conforme destacado em edições anteriores de *Monumentum*, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios não contou com sede própria quando foi instalado em Brasília no início da década de 60. Em seus primeiros anos funcionou de forma provisória nos quinto e sexto andares do Bloco 6, na Esplanada dos Ministérios. Tais instalações logo se mostraram insuficientes para uma prestação de serviços com qualidade ao jurisdicionado. Necessário se fazia melhorar a estrutura do Tribunal.

A situação repercutiu na imprensa local, principalmente nos textos do jornalista Pedro Paulo Luz Cunha, conhecido como Peluz, onde defendia, sob o lema "Uma Cidade sem Fórum não tem Foros de Cidade", a importância da construção de uma sede para o judiciário do Distrito Federal. Adiante são apresentados excertos de publicações do jornalista em que tratou da questão.

A presidência do Tribunal no ano de 1966 era ocupada pelo Desembargador Joaquim de Sousa Neto, o qual se empenhou na missão de dotar o Tribunal de sede própria, para tanto contou com o apoio de seus pares e do Diretor de Secretaria Raul Mattos, bem como de diversos parlamentares. Assim, a reunião de forças empenhadas num objetivo comum garantiu os recursos necessários para erguer a Casa da Justiça do DF.

O projeto para a construção foi apresentado, em novembro de 1966, pelo arquiteto Hermano Montenegro, funcionário da NOVACAP e membro da equipe de Oscar Niemeyer. A localização seria na Praça da Municipalidade (Praça do Buriti) no lado oposto ao Palácio do Buriti. Seriam construídos dois blocos: um deles com quatro pavimentos e voltado para o Eixo Monumental; o outro seria o anexo do primeiro e contaria com 11 pavimentos. O prédio menor abrigaria a segunda instância e o Tribunal Regional Eleitoral do DF, ao passo que o anexo abrigaria os órgãos de primeira instância. O desenho arquitetônico do futuro Palácio da Justiça acompanhava as diretrizes urbanísticas da nova capital Federal. A partir desse projeto foi aprovada pela NOVACAP a construção dos dois blocos, a qual se iniciou em 1967.

Em 1968, o Desembargador Joaquim de Sousa Neto foi afastado da presidência do Tribunal e da judicatura por império do Ato Institucional nº 5. Assim, não pode acompanhar como membro do Judiciário do DF o término da obra que tanto havia se empenhado para sua realização.

No ano seguinte, foi eleito presidente do Tribunal o Desembargador Raimundo Macedo, o qual foi responsável por finalizar os trabalhos de construção do Palácio da Justiça. Para inauguração deste foi escolhida a

Expediente

Presidente: Des. Otávio Augusto Barbosa
Vice-Presidente: Des. Dácio Vieira
Corregedor: Des. Sérgio Bittencourt
Secretaria de Gestão Documental
Serviço de Apoio à Memória Institucional
Diagramação: Diego Morosino - ACS, Clarismar Gomes
Redação: Otacílio Marques, Clarismar Gomes, Liliane Miranda
Fotos: Arquivo TJDFT, Livro TJDFT - 50 anos, Arquivo Público do DF

Obras de construção do Palácio da Justiça. 1968.

data em que se comemorava o aniversário de 120 anos do nascimento do grande jurista Rui Barbosa de Oliveira: 5/11/1969. O jurista também deu nome ao prédio inaugurado: Palácio da Justiça Rui Barbosa.

A solenidade de inauguração foi realizada às 16 horas da referida data, sendo presidida pelo então Presidente da Corte, Desembargador Raimundo Macedo, e composta pelos Desembargadores Cândido Colombo Cerqueira, Mário Brasil, Milton Sebastião Barbosa, Lúcio Batista Arantes, Hugo Auler, José Fernandes de Andrade e José Júlio Leal Fagundes. Além desses, diversas autoridades locais e nacionais compareceram ao importante evento para a população do Distrito Federal.

Assim, a nova capital passava a ter um Fórum. Com isso, atendeu-se aos pedidos dos membros do judiciário e também da sociedade, como fica visível nos protestos da imprensa para a construção do Fórum. O empenho para a realização das obras evidenciou uma das missões que o TJDFT alçou como princípio desde sua criação até os dias atuais: atender seu jurisdicionado com qualidade, tanto o é que tal meta integra, atualmente, a missão institucional do órgão. Dessa forma, nos dizeres de Peluz, Brasília ao possuir um Fórum, passava a possuir também foros de cidade.

Referências:
TJDFT - 50 anos.
TJDFT. Ao fio do tempo.

Festa realizada na cumeeira do Prédio do Palácio da Justiça em comemoração ao término de construção da parte estrutural. 1968.

O Presidente do Tribunal, Desembargador Raimundo Ferreira Macedo, discurso na inauguração do Palácio. 1969.

Desembargador Raimundo Ferreira Macedo, em frente ao Palácio da Justiça, inaugurado em sua administração.

Notícias do Foro, coluna assinada por Peluz

Brasília sem Fórum

Brasília, cantada e decantada, como cidade de foros civilizados, ainda não conta com um edifício para o Fórum, pois o bloco aonde funcionam, Cartórios e Varas Criminais, da Fazenda e Cível, pode ser tudo, menos um Fórum. É uma "angustia loci" gritante. (...) O senhor prefeito Plínio Cantanhede, conhecido como grande planejador, bem que podia acompanhar o plano piloto e fazer construir o edifício do Fórum, que se não nos enganamos, deverá estar localizado em frente à praça da municipalidade. Que bom, se por ocasião do aniversário da Capital da Esperança, o senhor Prefeito fizesse o lançamento da pedra fundamental, dando início a um empreendimento tão necessário e que está aparecendo com um enorme lacuna!... Os nossos foros estão a exigir uma definição. (Correio Braziliense, 20/3/1965)

Justiça Esquecida

(...)Nesses cinco anos, apesar dos pesares, Brasília cresceu e com ela, na razão direta de sua população, os encargos de sua justiça. Mas, esta continuou esquecida, no mesmo estado de emergência, em que a colocaram os legisladores mudancistas. Sem prédio próprio, sem acomodações adequadas, funcionando nas alturas, como já tivemos oportunidade de dizer; com dificuldade de acesso e com uma multiplicidade de mazelas, não era esta a expectativa para uma justiça fadada a ser a primeira a ser a primeira entre todas e sobre todos os aspectos a servir de exemplo e espelho. (...) Os votos do colunista são de que os responsáveis despertem e se reencontrem, a justiça se reorganize como deve e solucione de maneira definitiva. (...) mesmo porque, "Uma Cidade Sem Fórum não Tem Foros de Cidade". (Correio Braziliense, 7/4/1965)

O Palácio da Justiça não é bem da Justiça

A imprensa vem divulgando a notícia de que em breve será construído o Palácio da Justiça, o que induziu muita gente em confusão. Antes fosse mesmo o Palácio da Justiça, pois a Capital da Esperança ressente-se com a lacuna decorrente da ausência do edifício do Fórum na sua paisagem urbanística. O que se vai construir ainda não é o Palácio da Justiça e sim o Palácio do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores. Queira Deus que os escalões da alta administração da edilidade brasiliense tomem a peito solucionar o angustiante problema constituído pela falta de teto para a Justiça local. Supomos que eles também esposam a tese de que uma "cidade sem fórum não tem foros de cidade". (Correio Braziliense, 1/7/1965)

Tribunal de Justiça terá prédio próprio

Afinal de contas, a antiga campanha encetada por esta coluna, no sentido de ser construído o palácio da justiça do Distrito Federal, encontrou ressonância, uma vez que o assunto empolga o presidente do Tribunal de Justiça do DF, Desembargador Joaquim de Sousa Neto. (...) Na próxima semana o presidente do T.J. terá um encontro com o superintendente da Novacap, engenheiro José Luiz, para tratar do importante assunto, especialmente no que se refere à localização definitiva do prédio que deverá ser construído na praça da municipalidade. Ao dinamismo e eficiência do Desembargador Sousa Neto, está entregue o nobre encargo de fazer surgir a casa da justiça de Brasília, o que deverá ocorrer dentro em breve, com o aparecimento de um edifício harmônico, austero abrigando também o Tribunal Regional Eleitoral, a Justiça de Primeira Instância e Ministério Público. (...) Notícias do Foro, por antecipação, poderá dizer que mais cedo do que se espera, deixará de haver razão o seu "slogan": uma cidade sem foro, não tem foros de cidade. (Correio Braziliense, 1/6/1966)

A Casa da Justiça

Foi inaugurada ontem a Casa da Justiça. Brasília, conta agora com o seu Palácio da Justiça (...). Desde ontem o Tribunal de Justiça do Distrito Federal está em sua nova sede. Muito embora o conjunto não esteja completo, já é uma grande vitória a concretização da primeira etapa... A segunda, que diz respeito ao anexo, virá no seu devido tempo... O arcabouço está lá. (...) Esta coluna rejubila-se ao ver revogado o seu antigo slogan "Uma Cidade sem Foro, não tem Foros de Cidade", e ao presenciar a concretização de um ideal, não deixando de fazer, e o faz por ser de inteira justiça, mais uma registro, isto é, o de esforço com que se houve o ex-presidente Joaquim de Souza Neto, empenhando-se a fundo para tornar possível o notável empreendimento, coadjuvado que foi pelo então Diretor de Secretária, Raul Mattos, recentemente falecido, valendo o registro com um preito de reconhecimento. (Correio Braziliense, 6/11/1969)

Fonte: PELUZ. A Justiça dos Homens. Brasília: 1985.